

EDUCAÇÃO DO CAMPO E EMANCIPAÇÃO SOCIAL: UM ENFRENTAMENTO À ORDEM NEOLIBERAL

Samantha Macedo Lima ¹

Clarice Zientarski ²

RESUMO

Este trabalho analisa a constituição da Educação do Campo no Brasil, destacando seu caráter contra-hegemônico em relação à educação rural tradicional, subordinada aos interesses do capital. Partindo de uma abordagem histórico-dialética, conforme os fundamentos de Marx (2011) e Lukács (2018), e aplicada à educação por meio da Pedagogia Histórico-Crítica de Saviani (2008), busca-se compreender como a luta dos trabalhadores do campo por uma educação pública, gratuita e de qualidade se articula com os processos de resistência frente às investidas do agronegócio, à concentração fundiária e às reformas neoliberais que avançam sobre o espaço rural. A Educação do Campo emerge no bojo das mobilizações sociais por reforma agrária e justiça social, especialmente a partir dos anos 1990, influenciada por movimentos como o MST e pelas proposições pedagógicas inspiradas em Paulo Freire (1987), que enfatizam a educação como prática de liberdade. A análise parte da crítica à lógica capitalista de produção e sua expressão nas políticas públicas educacionais, discutindo como o campo tem sido historicamente marginalizado nas agendas governamentais, inclusive no que se refere ao acesso à escolarização. Ainda, discute-se a tensão entre o projeto de educação voltado à reprodução da ordem e o projeto de educação transformadora gestado nas experiências de organização popular. Conclui-se que a Educação do Campo é, antes de tudo, uma expressão da luta de classes no território rural, exigindo o reconhecimento da diversidade dos sujeitos do campo e a superação das desigualdades históricas que marcam a realidade brasileira.

Palavras-chave: Educação do Campo, Neoliberalismo, Pedagogia Histórico-Crítica.

INTRODUÇÃO

A Educação do Campo no Brasil constitui-se como uma das mais expressivas formas de resistência política e cultural frente às desigualdades históricas e às imposições da lógica neoliberal. Ela emerge no Brasil, a partir da década de 1990, impulsionada por organizações como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), pela luta por reforma agrária e justiça social contrapondo-se ao modelo de educação rural tradicional que se encontrava historicamente subordinado aos interesses do capital e do

¹Doutoranda pelo curso de Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará - UFC, samanthapedagoga@gmail.com,

² Clarice Zientarski : Pós-doutora, da Universidade Federal do Ceará - UFC, clarice.zientarski@ufc.br..



agronegócio. Por tanto, a Educação do Campo é o fruto direto da luta dos trabalhadores do campo por uma educação que contemple as nuances de uma pedagogia para o campo e que atue como instrumento de enfrentamento à ordem dominante, reivindicando o direito à educação pública, gratuita e de qualidade como parte da luta pela reforma agrária e pela justiça social (CALDART, 2004; ARROYO, 2012).

Nesse processo, a Educação do Campo afirma-se como projeto político-pedagógico contra-hegemônico, que contrapõe a racionalidade do capital e a concepção tecnicista da educação, voltada à formação de mão de obra para o mercado e subjugação do campo a cidade, revelando uma tensão fundamental no espaço rural e nas políticas educacionais (RUA, 2006). De um lado, manifesta-se a crítica à lógica capitalista de produção e sua expressão nas políticas públicas, que historicamente resultaram na marginalização do campo nas agendas governamentais e no acesso à escolarização. De outro, discute-se o confronto entre o projeto de educação voltado à reprodução da ordem e o projeto de educação transformadora e emancipatória gestado nas experiências de organização popular. Essa dualidade expressa a disputa de hegemonia no campo educacional, em que se confrontam as forças do capital e os projetos históricos dos trabalhadores.

Dessa forma, este artigo, inspirada nos princípios de Paulo Freire (1987) e na Pedagogia Histórico-Crítica de Saviani (2008), compreende a educação como prática de liberdade e mediação na transformação da realidade social, evidenciando como a Educação do Campo se insere no enfrentamento à ordem neoliberal e à lógica da reprodução capitalista. O objetivo geral é compreender de que modo as lutas sociais por educação pública e emancipatória se articulam às resistências frente às investidas do agronegócio e às reformas que fragilizam as políticas públicas. A relevância desta análise está em reafirmar a educação como dimensão estratégica da luta de classes, capaz de promover a conscientização e a emancipação dos sujeitos do campo.

METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de natureza teórico-bibliográfico, e está fundamentalmente ancorada no método do Materialismo Histórico-Dialético. Este método busca compreender a realidade como totalidade concreta em permanente transformação, conforme os fundamentos de Karl Marx (2011) e György Lukács (2018).



O método Materialismo Histórico-Dialético é essencial, pois permite articular a análise das políticas públicas de Educação do Campo, reconhecendo as contradições que atravessam o campo educacional e o espaço rural brasileiro. A investigação se ancora, portanto, na compreensão da Educação do Campo como uma manifestação da luta de classes e de resistência à hegemonia do agronegócio.

O rigor analítico da pesquisa é sustentado pela articulação de dois pilares conceituais. Primeiramente, pelos Fundamentos Histórico-Dialéticos: o trabalho se alicerça na crítica da lógica capitalista de produção e na compreensão da totalidade social, seguindo os pressupostos de Marx (2011) e Lukács (2018), o que orienta a análise da Educação do Campo como uma manifestação da luta de classes. Em segundo lugar, utiliza-se a Pedagogia Histórico-Crítica (PHC): a abordagem dialética é aplicada ao campo educacional por meio da Pedagogia Histórico-Crítica de Dermeval Saviani (2008). A PHC permite analisar a tensão entre o projeto de educação voltado à reprodução da ordem e o projeto transformador, visando compreender como a luta dos trabalhadores se articula com os processos de resistência e emancipação.

O estudo mobiliza técnicas de pesquisa bibliográfica e documental para a coleta de dados e evidências textuais. Os procedimentos de análise visam aprofundar a reflexão sobre os limites e possibilidades da Educação do Campo em um cenário de retrocessos sociais. Isso inclui a Crítica Teórica e Conceitual, por meio da análise crítica da lógica capitalista e sua expressão nas políticas públicas educacionais, discutindo a tensão entre os projetos de educação.

Por fim, visto que o presente artigo é de natureza exclusivamente teórico-documental e bibliográfica, não havendo coleta de dados primários ou envolvimento direto com seres humanos (entrevistas, observação participante, etc.), a submissão a comissões de ética em pesquisa não se aplica. Adicionalmente, o direito de uso de imagens também é irrelevante para este escopo. Todo o referencial teórico e dados documentais utilizados seguem rigorosamente os princípios de citação e referências bibliográficas estabelecidos pelas normas científicas para garantir a integridade acadêmica.

REFERENCIAL TEÓRICO

A análise da constituição da Educação do Campo e Emancipação Social: um enfrentamento à ordem neoliberal fundamenta-se no materialismo histórico-dialético, que



compreende a realidade social como um processo histórico, contraditório e determinado pelas condições materiais de existência. Conforme Marx (2011), a estrutura econômica e as relações de produção moldam a consciência social, e a educação, como prática humana, está imersa nessas determinações. Lukács (2018) amplia essa perspectiva ao entender o trabalho como categoria ontológica fundante do ser social, isto é, o meio pelo qual o homem transforma a natureza e, simultaneamente, a si mesmo. Nessa perspectiva, a educação é parte do movimento histórico do trabalho humano — espaço em que se expressam as contradições entre alienação e emancipação, entre reprodução e transformação social.

Aplicando esses fundamentos ao campo educacional, Saviani (2008) desenvolve a Pedagogia Histórico-Crítica, que compreende a educação como prática social intencional, mediada pelo trabalho e pela cultura. Para o autor, o papel da escola é possibilitar ao educando a apropriação crítica do saber sistematizado, de modo a inseri-lo na luta pela transformação da realidade. Essa pedagogia rompe com o caráter reprodutivista da educação tradicional e propõe uma prática orientada pela compreensão da totalidade social, na qual os conteúdos escolares devem ser instrumentos de emancipação. Desse modo, a Pedagogia Histórico-Crítica se apresenta como base teórica essencial para compreender a Educação do Campo enquanto projeto político-pedagógico que busca superar a alienação produzida pela lógica capitalista.

No âmbito das lutas sociais, a Educação do Campo emerge como resultado da ação coletiva dos trabalhadores rurais organizados, sobretudo a partir das décadas de 1980 e 1990, em um contexto de redemocratização e de intensificação das desigualdades territoriais. Autores como Caldart (2004) e Molina e Jesus (2010) destacam que a Educação do Campo nasce das práticas e reflexões dos movimentos sociais — em especial o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) — e se caracteriza pela defesa da educação como direito e como parte da luta pela terra e pela dignidade humana. Tal concepção rompe com a visão ruralista e assistencialista que historicamente marcou a educação destinada ao campo, substituindo-a por uma educação do e para os sujeitos do campo, vinculada à sua cultura, ao trabalho coletivo e à produção de conhecimento enraizada na realidade concreta.

Nessa trajetória, o pensamento de Paulo Freire (1987) exerce influência decisiva, ao propor a educação como prática de liberdade e de conscientização. Freire defende que o ato de educar deve promover o diálogo entre educadores e educandos, reconhecendo o saber popular como ponto de partida para a construção do conhecimento crítico. Essa



concepção inspira as práticas pedagógicas da Educação do Campo ao enfatizar a participação, o diálogo e a problematização da realidade como fundamentos de uma pedagogia emancipatória. Assim, a educação assume caráter político e ético, orientado pela transformação das condições de opressão e pela construção da autonomia dos sujeitos.

A partir desses fundamentos, compreende-se a Educação do Campo como um projeto contra-hegemônico, em permanente disputa com o modelo de educação hegemônico, voltado à reprodução da ordem capitalista. Sob a luz da teoria gramsciana, a hegemonia é entendida como direção moral e intelectual exercida por um grupo social sobre os demais (GRAMSCI, 2001). A Educação do Campo, portanto, constitui um espaço de resistência e contra-hegemonia, pois questiona as formas dominantes de poder, conhecimento e território. Ao articular formação humana, produção material e luta política, esse projeto educativo revela-se um instrumento de emancipação dos sujeitos do campo, reafirmando a centralidade da educação na construção de um projeto histórico voltado à justiça social e à igualdade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A sistematização dos dados obtidos por meio da análise documental e bibliográfica permitiu identificar três categorias analíticas centrais: (1) a disputa entre projetos de educação; (2) a resistência dos sujeitos do campo frente à hegemonia neoliberal; e (3) os limites estruturais das políticas públicas de Educação do Campo. É importante mencionar que essas categorias centrais de análise expressam o movimento contraditório da Educação do Campo, articuladas pelo método do Materialismo Histórico-Dialético:

Categoria Analítica	Descrição dos Achados Sistematizados	Base Teórica
1. Confronto de Projetos Educacionais	Evidência de uma dualidade intrínseca entre o projeto de educação hegemônico, voltado à reprodução da ordem, e o projeto contra-hegemônico da Educação do Campo, orientado à transformação social.	Marx/Lukács (Luta de Classes)



Categoria Analítica	Descrição dos Achados Sistematizados	Base Teórica
2. Marginalização e Subordinação do Rural	A análise documental revela a subordinação histórica da educação rural aos interesses do capital e do agronegócio. O campo é marginalizado nas agendas governamentais, inclusive no que se refere ao acesso à escolarização.	Crítica à Lógica Capitalista
3. Educação como Práxis de Resistência	Sistematização de achados que indicam o papel da Educação do Campo como expressão da luta dos trabalhadores por uma educação pública, gratuita e de qualidade, ligada às mobilizações sociais por reforma agrária.	Freire (Prática de Liberdade)

Fonte: autor, 2025.

No plano interpretativo, os resultados até aqui demonstram que a Educação do Campo é, simultaneamente, produto e expressão das contradições sociais, revelando a luta entre a dominação do capital e as práticas de resistência popular. A análise permite concluir que, ao mesmo tempo em que o neoliberalismo impõe uma racionalidade econômica voltada à eficiência e ao controle, as experiências pedagógicas críticas continuam afirmando a formação humana integral e o direito à educação como bem público. Essa tensão permanente constitui a base da Educação do Campo como campo de disputa política, epistemológica e cultural, onde se confrontam dois projetos antagônicos: o da adaptação à ordem e o da emancipação social.

Dessa forma, os resultados e as discussões apresentados corroboram a hipótese de que a Educação do Campo representa um enfrentamento direto à ordem neoliberal, na medida em que propõe uma pedagogia orientada pela transformação da realidade e não pela sua reprodução. Ela reafirma a centralidade do trabalho, da solidariedade e da autonomia como fundamentos da formação humana e da prática educativa, aproximando-se do ideal marxiano de uma educação capaz de promover o desenvolvimento pleno do ser social.

A Categoria 3 corrobora que a Educação do Campo é uma prática de resistência inspirada em Paulo Freire (1987), ligada à luta por justiça social. A persistência dos desafios, como a precariedade de infraestrutura e a descontinuidade das políticas,



inclusive em um cenário de crescentes retrocessos sociais e desmontes institucionais, reafirma a urgência da superação das desigualdades históricas e a necessidade de uma pedagogia voltada à transformação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo intentou demonstrar que a Educação do Campo se constitui como um campo de disputa fundamental no Brasil, culminando na conclusão de que este movimento é, antes de tudo, uma expressão da luta de classes no território rural. A análise, guiada pelo Materialismo Histórico-Dialético (Marx, 2011; Lukács, 2018), confirmou a gênese da Educação do Campo como um projeto contra-hegemônico, que emerge a partir dos anos 1990 em oposição à subordinação histórica da educação rural aos interesses do capital e do agronegócio.

O diálogo com a Pedagogia Histórico-Crítica (Saviani, 2008) permitiu desvelar a tensão entre o projeto de educação voltado à reprodução da ordem e o projeto transformador, gestado nas experiências de organização popular e influenciado por Paulo Freire (1987). Os resultados confirmam que a persistência de um cenário de retrocessos sociais e desmontes institucionais reitera que a luta por uma educação pública, gratuita e de qualidade está intrinsecamente ligada à resistência frente às reformas neoliberais e à concentração fundiária.

Para a comunidade científica, este trabalho oferece uma contribuição na reafirmação do quadro teórico da Educação do Campo, ao insistir que a discussão deve transcender a esfera meramente pedagógica e ser tratada como um imperativo de justiça social. As conclusões têm implicações diretas para a formulação de políticas públicas: [1] Reconhecimento e Diversidade: Reitera-se a exigência pelo reconhecimento da diversidade dos sujeitos do campo. A aplicação empírica da teoria implica que as políticas educacionais devem valorizar os saberes locais, combater a marginalização e garantir que o currículo dialogue com a realidade dos povos do campo; [2] Superação Estrutural: A teoria exige que o foco seja direcionado para a superação das desigualdades históricas. Isso se traduz na necessidade de políticas que articulem educação e infraestrutura, garantindo o acesso e a permanência, de modo a confrontar a lógica capitalista que tem marginalizado o campo nas agendas governamentais.



Embora este estudo tenha cumprido seu papel na análise teórico-documental e na sistematização da crítica, ele abre o campo para novas investigações, especialmente no que tange à aplicação concreta da teoria em territórios de luta. Sugerem-se os seguintes caminhos para a prospecção de pesquisas futuras: Pesquisas futuras devem aprofundar a análise da intersectorialidade como estratégia para enfrentar os desafios estruturais e promover a educação emancipatória, assim como urge a necessidade de estudos que analisem as estratégias de resistência pedagógica e social em cenários específicos marcados por crescentes retrocessos sociais e desmontes institucionais, identificando práticas inovadoras que garantam a continuidade do projeto da Educação do Campo.

Em síntese, o presente artigo reforça que a pauta da Educação do Campo é o eixo de um debate político-social mais amplo, sendo crucial para a construção de uma sociedade que almeja a superação das desigualdades históricas no Brasil.

REFERÊNCIAS

CALDART, R. S. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

LUKÁCS, György. *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo: Martins Fontes, 2018.

MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Livro 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2011.

RUA, João. *A cidade e o campo: relações e conflitos no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2006.

MOLINA, M. C.; JESUS, S. M. *Educação do Campo: história, práticas e desafios*. Brasília: MDA, 2010.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia*. Campinas: Autores Associados, 2008.



SAVIANI, D. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. Campinas: Autores Associados, 2008.

